

A RESERVA TÉCNICA DO MUSEU DA VIDA: uma trincheira museológica, um campo social em disputa

Carlos Vitor Silveira de Souza*

Eloisa Ramos Sousa**

Resumo

A comunicação objetiva apresentar a Reserva Técnica Museológica do Museu da Vida (RTMV) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), evidenciando que sua implantação buscou assegurar e fortalecer discursivamente e pragmaticamente a identidade da instituição e do profissional de museologia. Ao traçarmos a trajetória da RTMV desde sua concepção até sua consolidação intencionamos ressaltar o papel fundamental e o pioneirismo que essa área técnica museológica passa a ter, tanto fisicamente, quanto conceitualmente, em relação a acervos na área de biomedicina. A implementação das atividades da RTMV pode ser considerada um marco, que permitiu lançar um olhar distinto sobre o acervo. Essa percepção conceitual, junto com tratamento técnico específico, possibilitou nova conceituação para os objetos musealizados da Fiocruz, que passaram a ser reconhecidos e inseridos na categoria de C&T, ganhando uma dimensão para além da história da instituição, passam a representar e integrar a história das Ciências de forma universal, abrindo novas perspectivas para a sua apropriação, principalmente em exposições, pesquisas, editais, congressos e trabalhos acadêmicos. Esse processo por outro lado, evidenciou na Instituição o papel do museólogo como intelectual orgânico que, dentro de seu campo de atuação, atualizou e ampliou o valor do acervo. O acervo histórico e a Reserva Técnica do Museu da Vida se constituíram durante um período considerável os lugares possíveis ou permitidos para os museólogos da instituição. Esses espaços eram vistos anteriormente como secundários, na reestruturação do museu passam a se constituir em objetos de disputa entre profissionais de áreas distintas. Ao propormos esse trabalho para o seminário temos a intenção de

* Fundação Cultural de Uberaba, Praça Rui Barbosa 356, Centro, Uberaba - MG – Brasil, CEP: 38010-240 - carlosvitorsds@hotmail.com. Mestre em Museologia e Patrimônio; Museólogo formado pela UFOP. Atua nas áreas de Museologia e Patrimônio com ênfase em processos museológicos, envolvendo o desenvolvimento de projetos e atividades que visam a pesquisa, a preservação, bem como a comunicação do patrimônio cultural.

** Museu da Vida, Avenida Brasil 4365, Manguinhos, Rio de Janeiro – RJ - Brasil, CEP: 21040-360 eloisamuseudavida@gmail.com. Mestre em Relações Etnicorraciais CEFET/ RJ; Especialista em Cultura, História e literaturas Afro-brasileiras e Africanas; Museóloga (UNIRIO) e graduada em Ciências Sociais pela UFF. Funcionária da Fundação Oswaldo Cruz, atualmente cedida a Universidade Federal Fluminense trabalhando no Centro de Memória da Extensão Universitária.

trazer para o debate, a questão dos acervos que se encontram na RT e, sobretudo, pensar nos espaços de produção de conhecimento do museu enquanto campo em disputa, que passa a ser valorizado a partir do olhar do museólogo sobre o acervo.

Palavras-chave: reserva técnica; acervo de C&T; campo social; museólogo; intelectual orgânico.

Abstract

The objective communication presents Museology Technical Reserve Museu da Vida (RTMV) of the Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), showing that its implementation sought to ensure and strengthen discursively and pragmatically the identity of the institution and museology professional. Tracing the trajectory of RTMV from its conception to its consolidation intend to emphasize the fundamental role and the pioneering spirit that museological technical area is replaced, both physically and conceptually in relation to collections in the field of biomedicine. The implementation of RTMV activities can be considered a milestone that set in motion a distinct look of the collection. This conceptual perception, along with specific technical treatment, possible new concept for musealized objects of Fiocruz, which have been recognized and included in the category of S & T, gaining a dimension beyond the history of the institution, will represent and integrate the history of universally sciences, opening new perspectives for its appropriation, mainly in exhibitions, research, announcements, conferences and academic papers. This process on the other hand, showed the institution's role as museologist organic intellectual who, within their field, updated and expanded the amount of the assets. The historical and the Museum of Life Technical Reserve is constituted for a considerable period possible place or allowed to the curators of the institution. These areas were previously seen as secondary, the museum restructuring pass to be disputed objects between different areas of professionals. In proposing this work for the seminar we intend to bring to the debate the question of the collections that are in the RT and, above all, think of the museum knowledge production spaces as field dispute, which happens to be valued from look the museologist about the collection.

Key words: technical store; Sc&Tech collection; social field; museologist; organic intellectual.

Introdução

A comunicação será dividida em três partes a primeira dedicada à apresentação da instituição museológica da Fundação Oswaldo Cruz, mostrando que seu nascimento esteve em consonância com as mudanças implementadas no final do século XIX, onde os museus dedicados principalmente à história natural, deixam de ser identificados como o principal espaço produtor de pesquisa e conhecimento. Esse fato ocorre com o nascimento dos grandes institutos geralmente ligados ao combate de doenças e voltados para a manutenção da saúde.

Aos museus onde “não mais se pesquisa”, isto é, nos quais já não se realizam estudos experimentais, as especialidades científicas de ponta da transição do século, particularmente no campo da microbiologia no país, porque essas já possuíam outros loci institucionais, restou continuar a armazenar coleções e abrigar especialidades consideradas

então não prioritárias, tais como Antropologia, Etnografia, Paleontologia, História Natural, agora reduzida à Botânica e, principalmente, à Zoologia, já que, como afirmamos, Botânica, Biologia, Geologia e Mineralogia passaram a dispor de seus próprios espaços institucionais já consolidados (LOPES, 1997, p. 303).

Campo de saber novo e experimental, que precisava se consolidar junto à sociedade, como uma ciência, e na estruturação desses novos espaços, são criados museus voltados para a conservação e demonstração das etapas e dos resultados dos trabalhos ali realizados.

No segundo momento apresentamos a cronologia das diversas etapas ou modelos que a instituição museu teve na Fundação Oswaldo Cruz, desde um museu científico com forte apelo para a comunicação dos trabalhos desenvolvidos nos primeiros anos do Instituto, voltado principalmente para um público específico (pesquisadores e autoridades), que no ano de 1917, teve a sala de Oswaldo Cruz aberta, como um espaço, também musealizado, após a sua morte, dedicado à memória do patrono.

Já nos anos 1970, dentro de uma política de governo, que buscava uma maior aproximação do público geral com a instituição, que denominamos do desencastelar a Fiocruz, foi intensificada a característica híbrida do museu da instituição com a valorização de sua história, mas sem se afastar de sua missão original de divulgar os trabalhos desenvolvidos na instituição, neste momento com a apologia aos avanços tecnológicos e o que isso significava em benefícios para a população brasileira. E finalmente, chegando à estrutura museológica atual, essa vincada no conceito de C&T, que buscou ou busca uma ruptura completa com as formas denominadas tradicionais ou clássica de museu¹, algumas vezes, pejorativamente chamada de “velha museologia”.

Nesse cenário será apontado o trabalho que foi desenvolvido pelos museólogos, entendidos aqui na perspectiva gramsciniana como intelectuais orgânicos que participaram na construção e na manutenção de práticas museológicas específicas que garantiram a construção de novas áreas e campos de conhecimentos; até então considerados secundários ou até mesmo nem considerados pelos dirigentes e por outros profissionais como áreas produtoras de conhecimento, ressaltando que a partir de sua valorização principalmente externamente, o campo museal na instituição passa a

¹ Essa definição começou a ser usada na instituição pelos novos profissionais que chegaram no momento da definição e implantação da atual estrutura museológica, onde o acervo histórico perdeu seu espaço para os aparatos interativos. Nesse caso passam a denominar museus tradicionais os que priorizam seus acervos principalmente históricos e a história da instituição. Em contraponto temos a experiência modernizante realizada na instituição “clássica”, onde o acervo foi substituído por aparatos interativos e a temática é apartada do perfil da instituição, criando uma dicotomia entre o tradicional *versus* moderno, que resultou muitas vezes na ausência da preocupação com o acervo histórico, pois esse passa a ser identificado como entrave para o desenvolvimento e a modernização do espaço que se quer mais interativo e participativo, dentro de uma visão bem particular definida pelos “novos”.

constituir espaços de disputas e alijamentos entre os diversos atores envolvidos no processo.

A ideia é articular essas três fases de forma a apresentar a constituição e as mudanças que a instituição museu na Fundação Oswaldo Cruz sofreu, nesses seus 112 anos de existência, e o papel fundamental que o profissional museólogo passa a ter a partir dos anos 1970 na consolidação do museu enquanto um campo de pesquisa, conhecimento, divulgação, comunicação e principalmente, como um espaço voltado para a preservação da memória institucional e da ciência brasileira. Posteriormente, passando a ser identificado como modelo ultrapassado dentro de uma nova proposta de museu, sua sobrevivência profissional acaba sendo entrincheirada em espaços onde a visibilidade era mais restrita.

Do Instituto Soroterápico Federal a Fundação Oswaldo Cruz

A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) entidade vinculada ao Ministério da Saúde do Brasil, está localizada no bairro de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro, tem por finalidades promover a saúde e o desenvolvimento social, gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico, e também tem o compromisso de preservar, valorizar e divulgar o seu patrimônio histórico, cultural e científico, visando contribuir com a preservação da memória da saúde e das ciências, sendo hoje considerada como uma das mais importantes instituições de Ciência e Tecnologia na área de saúde pública da América Latina.

Criada em 1900, com o nome de Instituto Soroterápico Federal, teria sua diretoria assumida três anos após sua inauguração por Oswaldo Cruz, que iniciou uma reforma estrutural tanto nos conceitos de ciência que eram desenvolvidos e trabalhados na instituição, como também na própria estrutura física. O período foi marcado pelo início da construção dos diversos prédios, que hoje constituem o núcleo histórico arquitetônico da Fiocruz, tombado pelo patrimônio histórico nacional.

Muitas foram as justificativas para essas mudanças. Oswaldo Cruz, desde 1902, reivindicava, por meio de cartas e relatórios junto à direção do instituto espaços físicos adequados para o desenvolvimento das atividades científicas. Em alguns desses documentos ele chega a sublinhar os riscos que os técnicos e a população estavam correndo por falta de uma estrutura física adequada para o manejo de agentes patológicos em Manguinhos. Abaixo reproduzimos um pequeno trecho que ele descreve Manguinhos antes de 1903:

As instalações do laboratório superior são acanhadas e insuficientes para a extensão do serviço. Muitos aparelhos não estão instalados por falta de espaço; não existe o quarto-estufa para culturas em grande escala de bacilos da difteria para o preparo do soro anti-diférico, nem da tuberculose, para o preparo da tuberculina, que vai ser também iniciada (CRUZ, 1902)².

Ao empreender essas mudanças, Oswaldo Cruz buscava alinhar a instituição aos padrões científicos internacionais. Na estrutura administrativa, foram criadas diversas seções, e destacamos a preocupação do diretor com a permanente atualização dos cientistas e com o lugar para guarda e divulgação dos trabalhos realizados no Instituto. Nesse sentido, foram criadas as seções técnicas e também tiveram seus lugares garantidos no prédio do castelo mourisco a Biblioteca de Manguinhos e Museu de Anatomia Patológica. Abaixo, planta-baixa do castelo com a localização do Museu de Anatomia Patológica e da Biblioteca e a foto da fachada e detalhe do corredor do Castelo Mourisco.

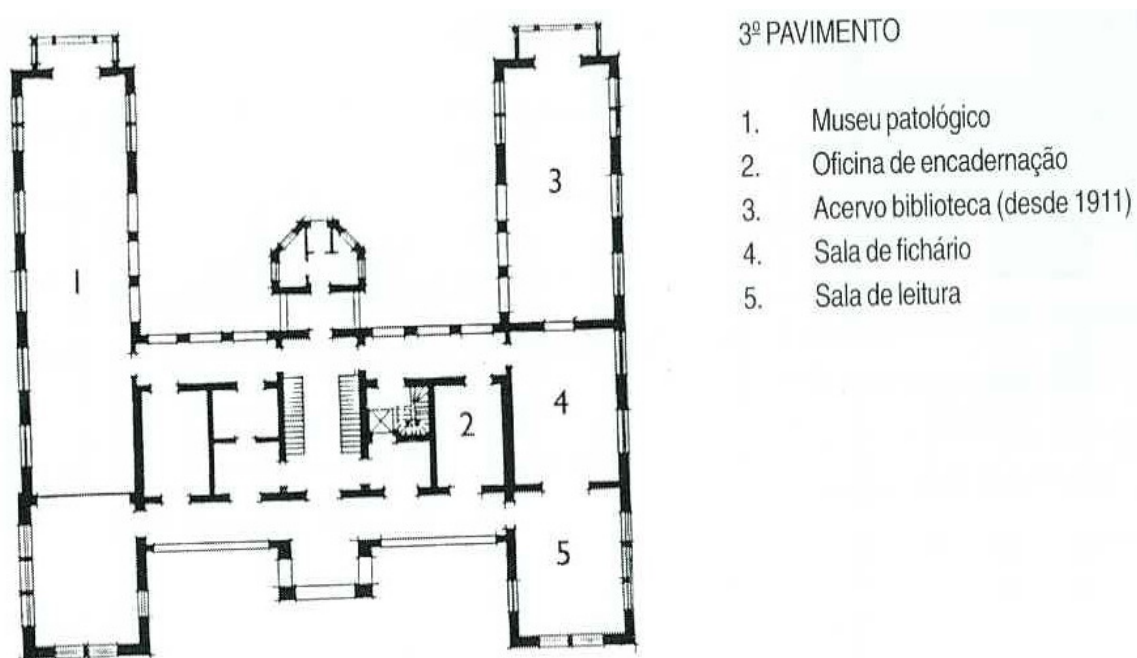


Figura 1 - Planta-baixa do Museu de Anatomia Patológica

²<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/instsorofed.htm>. Acesso 03/08/2016



Figura 2 - Fachada e Corredores do Castelo Mourisco

O acervo do Museu foi constituído por materiais provenientes das pesquisas desenvolvidas pelos cientistas do então nascente Instituto de Medicina Experimental de Manguinhos como passou a ser denominado em 1907. A concepção museológica foi fortemente influenciada pelos padrões europeus e norte-americanos sendo adotada a estrutura de museu científico institucional, e reforçava o objetivo de preservar e divulgar as experiências desenvolvidas pelos pesquisadores do recém-criado instituto, como uma forma de atestar a eficácia da nova ciência que estava sendo implantada no país – a Medicina Experimental. Abaixo, duas vistas da sala do Museu de Anatomia Patológica.

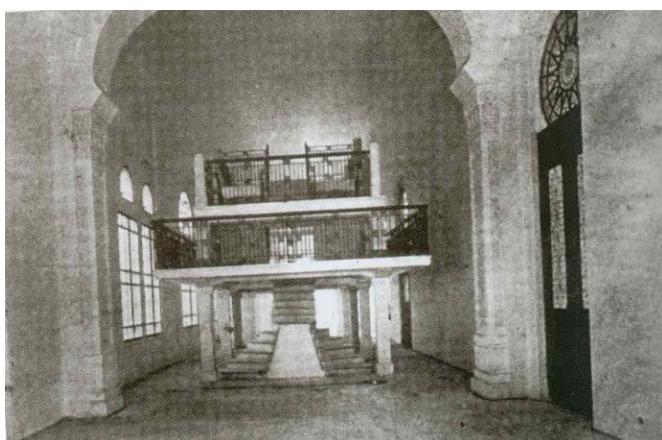


Figura 3 - Vista geral do Museu de Anatomia Patológica



Figura 4 - Corredor do museu e armários com acervo.

O reconhecimento do trabalho desenvolvido no Instituto veio em forma de premiação no Congresso Internacional de Higiene de Berlim de 1907, quando ganhou a medalha de ouro pelo conjunto de seus trabalhos, representado na exposição pelo acervo do museu de Anatomia Patológica. Em 1911, em nova exposição internacional as peças do museu foram levadas a Dresden também na Alemanha, repetindo o sucesso.



Figura 5 - Sala do pavilhão brasileiro na Exposição Internacional de Higiene e Demografia, realizada em junho de 1911 em Dresden, Alemanha.

A dimensão e importância adquiridas pelo Museu de Anatomia Patológica o transformou numa espécie de cartão de visitas ou relações públicas do Instituto, não só internamente, como também para além das fronteiras nacionais. As autoridades e visitantes ilustres eram recebidos no museu, uma espécie de porta de entrada na instituição, e internacionalmente, por meio das exposições de 1907 em Berlim e 1911 em Dresden ambas na Alemanha, que apresentaram os trabalhos e as conquistas na área de saúde pública da instituição para fora dos seus muros e do país, dando a conhecer o trabalho científico brasileiro a nível internacional.

Souza (2015) em seu trabalho sobre a museologia na FIOCRUZ reforça a função do Museu de Anatomia Patológica como um lugar que abrigava e comunicava os resultados das pesquisas desenvolvidas no Instituto, identificando-o como um espaço destinado a exibição e a propaganda que legitimava a função e sua competência, caracterizando uma vocação de comunicação científica, basicamente voltada para seus pares.

E nessa perspectiva, demarca a diferença entre os conceitos de comunicação científica e divulgação científica, tendo como base a Ciência da Informação, que assinala alguns aspectos que conseguem distinguir esses termos aparentemente sinônimos ou complementares, segundo ele:

A comunicação científica, destina-se a um público já iniciado na temática abordada que compartilha um determinado saber seu processo de construção, metodologia, linguagem e canais específicos. Enquanto que a divulgação científica seria a tradução, ou melhor, a decodificação dessa informação específica para o público leigo, não pertencente a essa estrutura de conhecimento, que exigirá a utilização de recursos, adequados da linguagem e também dos canais específicos para o segmento leigo (SOUZA, 2015, p.28).

A importância dessa diferenciação será verificada na estrutura museológica da Fiocruz nos meados dos anos 1970, principalmente com a contratação de um profissional de museologia e com a abertura da instituição para um público mais diversificado.

Em 1917, com a morte de Oswaldo Cruz, sua sala e seu laboratório foram abertos e agregados ao circuito expositivo. O espaço museológico, ganha mais uma função, além da guarda e divulgação dos feitos científicos da instituição, passando a incluir a questão da memória como forma de preservar e imortalizar a figura do patrono. Oswaldo Cruz passa a ser reconhecido como um dos responsáveis pela implantação da saúde pública no Brasil, tornando-se referência nacional, principalmente por ter conseguido erradicar e prevenir doenças por meio de procedimentos científicos, até então nunca utilizados no país, que resultaram em benefício para toda população brasileira. Nos anos de 1950, um pesquisador do Instituto fala da sala de Oswaldo Cruz, nutrindo uma saudade, que reforça a criação de um mito ou da imortalidade da figura do patrono que é fortemente trabalhada nos anos 1970.

A sala em que Oswaldo Cruz trabalhou até os últimos dias de sua vida, em Manguinhos, foi piedosamente conservada como se achava então (...). Hoje quando penetramos nessa sala, onde muitas coisas se encontravam como ele as dispôs, temos a impressão que a deixou por um momento e vai voltar, tão impregnado está o ambiente de seu espírito e de sua vida. (ARAGÃO, 1950)

O museu da instituição nessa primeira fase, tendo sido inclusive acrescido de outras coleções científicas em consonância com a diversificação das pesquisas do Instituto, pode ser considerado um importante instrumento de guarda e preservação da ciência que está sendo implantada e praticada no Brasil e o espaço museológico contribuiu para a consolidação e para a comunicação desses trabalhos científicos, tendo essa estrutura permanecido praticamente inalterada até os anos 1970.

A Museologia na Fundação Oswaldo Cruz: um campo social em construção

Na década de 1970 o Instituto Oswaldo Cruz sofreu intervenções drásticas, uma delas ficou conhecida como o “Massacre de Manguinhos”³. Nesse mesmo período outros institutos foram incorporados à instituição formando a Fundação Instituto Oswaldo Cruz. Novos rumos foram pensados para sua instituição museu, houve uma mudança na concepção museológica vigente e o Museu de Anatomia Patológica foi gradativamente desativado, algumas das coleções principalmente ligadas aos pesquisadores cassados foram desmembradas e descartadas.

Segundo depoimento oral do museólogo Luís Fernando Fernandes Ribeiro boa parte desse patrimônio serviu como aterro; as peças que foram salvas por ele e pelos funcionários que permaneceram na instituição hoje constituem o acervo histórico preservado na Reserva Técnica do Museu da Vida e outras voltaram a integrar as coleções científicas refeitas após a Abertura Política. Na sua tese de doutoramento o Museólogo Márcio Rangel (2006) faz referência à perda de boa parte da coleção entomológica Costa Lima, nesse período da Fundação:

O departamento de Entomologia, que ocupava o segundo andar do Castelo Mourisco, foi “despejado”, juntamente com a coleção Entomológica com mais de um milhão de exemplares, para um prédio abandonado, o antigo hospital do Instituto Oswaldo Cruz. A mudança foi tumultuada, perderam-se várias gavetas e centenas de exemplares. (RANGEL, 2008, p.243)

Ainda em relação à perda do patrimônio nesse período o atual presidente da FIOCRUZ e idealizador da Casa de Oswaldo Cruz (COC) o médico Paulo Gadelha relata como se encontravam os objetos que hoje formam acervos importantes de arquivo, biblioteca, museu e de coleções científicas da instituição e que representam testemunhos da história da ciência no Brasil:

Se hoje a casa é referência internacional, não foi fácil reunir e organizar todo o material. “Era o caos do ponto de vista de acervo”, conta o presidente. Peças largadas como lixo numa sala da Cavalaria, documentos molhados (...). O único material em bom estado fora preservado no primeiro andar do castelo, montado pelo museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro e aberto apenas quando a instituição recebia visita de autoridades. Gadelha ouviu de Luiz Fernando histórias

³ Durante os anos de chumbo, a ciência brasileira sofreu um baque que marcaria sua história como um dos tristes episódios protagonizados pela ditadura militar. Em 1970, na vigência do Ato Institucional nº 5 - que suspendia garantias constitucionais e dava poderes extraordinários ao Presidente da República - dez pesquisadores vinculados ao então Instituto Oswaldo Cruz (IOC) foram cassados, tiveram seus direitos políticos suspensos e foram impedidos de trabalhar. Para a Fiocruz, as cassações representaram a desmobilização de equipes de pesquisa que atuavam desde os anos 30, com consequências desastrosas para a continuidade institucional do IOC, que foi incorporado, com outras instituições da área de saúde, a uma nova instituição criada em 1970, denominada Fundação Oswaldo Cruz (RADIS, 2012, p. 22). Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/sites/default/files/120/radis-120-web.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

terríveis, por exemplo, sobre uma vidraria importada da Alemanha para os laboratórios sendo usada em aterro: um trator passou por cima. Para superar as resistências era preciso contar com a cumplicidade de pessoas que garantiam a sobrevivência do material histórico. “Era quase uma conspiração”.⁴

Os anos de 1970 na Fiocruz também foram marcados, pela comemoração do centenário de Oswaldo Cruz em 1972, foi inaugurada uma exposição comemorativa a data, com a valorização do trabalho científico institucional, ressaltando os investimentos do próprio Governo Federal além de exaltar as figuras de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas como heróis nacionais.

Outro marco importante a ser considerado no decênio é a contratação de profissionais ligados à área de comunicação, quais sejam: jornalistas, relações públicas e fotógrafos e também profissional ligado ao campo cultural, dentro da política de divulgação, voltada para mostrar os grandes feitos do regime de exceção. Em 1976 foi contratado o primeiro museólogo da Fiocruz Luiz Fernando Fernandes Ribeiro, no cargo de Assistente Especializado de Nível superior, ficando sob sua responsabilidade as atribuições relativas ao espaço museológico denominado de “Museu Oswaldo Cruz”, lotado na Unidade Cultural e subordinado à Biblioteca de Manguinhos.

No documento identificado como: “Cargo de Chefia, Pesquisa e Nível Superior/ Análise de Cargo” datado de 20/07/1976, constam alguns dados que revelam a ideia vigente de museu na instituição, além das atribuições detalhadas e os requisitos básicos que o profissional deveria ter para exercer o cargo. O resumo geral da função do Museólogo era descrito assim:

Ao museólogo cabe conservar, pesquisar, por em relevo, expor um conjunto de elementos de valor histórico, científico, artístico e técnico de um museu, o qual é um estabelecimento permanente, administrado para satisfazer o interesse geral. Sua ideia é de coleção, preservação, pesquisa e informação no sentido didático e expositivo, para deleite e educação do público (Documento Cargo e Chefia, Pesquisa e Nível Superior/ Análise de Cargo 20/07/1976).

O profissional de museologia tinha como função principal organizar o museu e mediar a relação da instituição com a população por meio das exposições. Consideramos essa fase como a da institucionalização da museologia como campo específico de pesquisa e prática na Fiocruz pois, as atividades museológicas passam a ser desenvolvidas por um profissional com formação na área, que imprimiu toda uma mudança em relação às

⁴ Disponível em: <<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/88/reportagens/casa-da-memoria>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

práticas do museu até então realizadas, adotando técnicas museológicas, passando a ser reconhecido por parte dos trabalhadores da instituição como o guardião de suas memórias e responsável por sua identidade institucional, resultando em diversas doações para o museu de objetos de relevância histórica institucional que estavam guardados junto aos setores.

Podemos afirmar que a Museologia na Fiocruz como um novo campo social passa a ter legitimidade e reconhecimento, tornando-se respeitada pelo conjunto da sociedade, tanto interna, pelos trabalhadores da Fiocruz, quanto externa, público e entidades ligadas ao museu, a partir da criação e estabelecimento de novos valores, tanto para os objetos reunidos anteriormente, para os novos que passaram a chegar e, até mesmo, os recuperados do aterro. Eles agora são respaldados pela fundamentação técnica realizada pelo profissional com formação em museologia. Essa perspectiva de campo social pode ser entendida na visão de Rodrigues, que define esse conceito como:

Uma instituição dotada de legitimidade indiscutível, publicamente reconhecida e respeitada pelo conjunto da sociedade para criar, impor, manter, sancionar e restabelecer uma hierarquia de valores, assim como um conjunto de regras adequadas ao respeito desses valores, num determinado domínio específico da experiência (RODRIGUES, 1999, p.19).

A formação de um campo social implica dentre outros fatores a consolidação de uma linguagem específica, decodificada por profissionais que lidam diretamente em sua estrutura. Nesse sentido, alinhamos esse profissional à perspectiva gramsciniana de intelectual orgânico para discussão da disputa desse campo social.

O museólogo, como categoria profissional brasileira, teve sua base de formação iniciada na década de 1930, com o Curso de Museus, estabelecido junto à estrutura do Museu Histórico Nacional, na cidade do Rio de Janeiro. Passados mais de 80 anos, a formação desse profissional foi se modificando na medida em que novas demandas foram sendo identificadas. O Curso de Museus, ao adentrar ao ambiente de formação universitária viu em pouco tempo sua denominação ser trocada para Curso de Museologia, criando uma categoria técnico-profissional constituída pela intervenção direta de diferentes influências e instâncias sociais, inclusive do Estado.

Com o passar do tempo, outros cursos foram estruturados e o museólogo foi conseguindo seu espaço de atuação no mundo da produção econômica, fazendo parte de uma tradição na atuação em meio a um grupo social fundamental, assim como outras modalidades de intelectuais, que desempenham um papel orgânico específico em

determinado contexto cultural e social, agindo em conformidade com o um grupo dominante e dirigente de uma sociedade. Para Gramsci:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc.(GRAMSCI,1982, p. 3).

O reconhecimento exponencial do museólogo como intelectual orgânico se deu através da criação de uma legislação específica prevista pela Lei n.º 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que “dispõe sobre a profissão de museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia”.

Entretanto como apontam Costa e Lima sobre a regulamentação e reconhecimento da profissão de museólogo a legitimação desse campo não se torna garantida somente pelo seu reconhecimento legal, faz-se necessário o respaldo da sociedade:

Ocorreu o reconhecimento em plano legal pela aprovação das Leis que a regulamentam. Torna-se necessário, como em qualquer campo do conhecimento de formação recente, que se realize a consolidação das ideias do plano teórico e prático da Museologia para ser identificado o seu papel cultural e disseminá-lo junto à sociedade, a fim de que o Museólogo possa ser amplamente reconhecido pelo tecido social composto pelos profissionais dos demais campos do conhecimento e por outros grupos que usufruem dos seus serviços (COSTA; LIMA, 2013, p. 7)

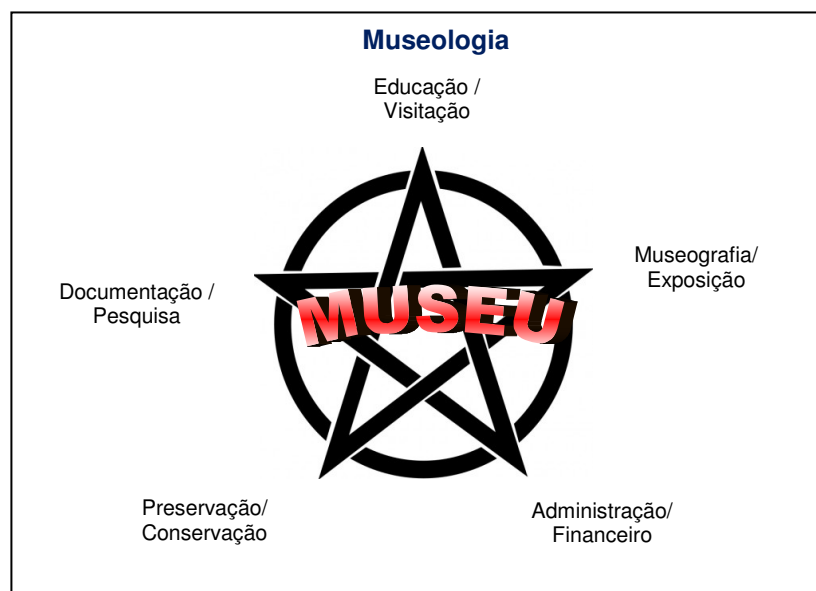
No caso em debate esse respaldo social foi dado pela Fiocruz e conseqüentemente pelo Governo estabelecido à época, sendo reconhecido pelo público da instituição museu, que identificaram nesse profissional as habilidades necessárias para o projeto institucional de memória e divulgação, de um projeto de Estado.

O intelectual orgânico museólogo na Fiocruz pavimentou e percorreu uma estrada pela Museologia, desde os anos da sua institucionalização. Essa estrada mostra-nos os caminhos abertos, as dificuldades, desafios e a relação quase sempre não amistosa com outros intelectuais pela disputa da atuação na instituição museu. O campo da museologia institucionalizou-se com o primeiro museólogo contratado pela instituição.

Os anos iniciais de trabalho do museólogo Luiz Fernando Fernandes Ribeiro foram dedicados a constituir e a implantar a museologia como campo social dentro da instituição, que desde sua reestruturação em 1903, sempre teve museu e este até meados dos anos 1970 esteve submetido a outros profissionais, atitude não verificada

em relação à biblioteca que desde sua implantação contou com profissionais da área, entendendo aqui como um campo social já estabelecido não verificando disputa pelos espaços técnicos.

O trabalho do museólogo contribuiu para que Museologia passasse a ser vista como um campo de produção de conhecimento não só museológico, mas acima de tudo sociocultural, pois trabalha com as questões da memória e da história que foram e são construídas cotidianamente. O museu agora era visto e entendido como uma área de produção sistemática de conhecimento, logo um espaço de poder. O museólogo trabalhava em todos os setores concernentes ao museu, o administrativo, o técnico, o pedagógico, o financeiro e outros, formando um pentagrama de atividades articuladas entre si, garantindo o funcionamento de museu de forma harmônica e interligada a outras áreas da Fiocruz.



Esse trabalho articulado contribuiu para o reconhecimento do museólogo pela comunidade, como já citamos acima, imputando-lhe a responsabilidade pela recuperação, pela criação e pela guarda da história, identidade e memória institucionais, sendo essas pesquisadas, documentadas, contadas e narradas por meio dos objetos pessoais, equipamentos de laboratórios, fotografias, negativos de vidro, parte da história vivida do Instituto Oswaldo Cruz e agora Fiocruz resultando em diversas exposições, textos em jornais, textos nos folders promocionais onde o acervo era contextualizado ultrapassando os muros da instituição.

As ações museológicas desse período resultaram na reabertura da Sala de Oswaldo Cruz e na instalação do Museu do Instituto Oswaldo Cruz, que ocuparam respectivamente o segundo e o primeiro andar do Castelo Mourisco

A exposição foi montada com os objetos que foram transferidos dos setores, coletados no campus ou recuperados dos lixões, iniciando um ciclo novo na história do museu da instituição, que para além da história dos grandes vultos ou da valorização governamental, passa a refletir a memória do trabalho de forma coletiva e inserida na realidade social, que segundo Souza:

Com a entrada desse profissional na instituição foi feita uma campanha informal de captação de acervo, despertando nos funcionários o sentimento do respeito por sua própria memória. O museólogo passa a ser identificado como o guardião do acervo representativo do trabalho ali desenvolvido, sendo requisitado sempre em caso de descarte de alguma peça ou quando alguém atribuía algum valor a um objeto encontrado. Começa-se a pensar na memória do trabalho de uma forma coletiva (SOUSA, 2008, p. 155).

.Em pouco tempo, o novo campo social mostrou a sua relevância, deixando de ser subordinado à biblioteca, passando a ser um espaço ligado diretamente à presidência da Instituição. Devido à sua complexidade e ao volume de trabalho, houve a necessidade de contratação de mão-de-obra especializada sendo formada a primeira equipe do museu, essa temporária, composta por outros museólogos e diversos estagiários que se dedicaram principalmente à pesquisa e à conservação (higienização, documentação e acondicionamento) de um dos acervos mais frágeis da instituição, composto por negativos de vidro⁵ que retratam o início do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e é uma das coleções que deram origem na década de 1980, à criação do Arquivo Histórico da Casa de Oswaldo Cruz.

Em 1976, outra proposta museológica, paralela à já realizada naquele momento foi apresentada. Um projeto de Museu didático, ou de pesquisa interativo dito “Sala Marquês de Barbacena” para ocupar o espaço da cavalaria, já que o Museu Histórico do Instituto ocupava o segundo andar do Castelo. A proposta foi desenvolvida por um médico e um artista plástico e funcionou até o início dos anos 1980. Esse espaço não estava diretamente vinculado ao museu institucional, mostrando a existência de duas estruturas distintas.

⁵ - O acervo de negativos de vidro do Fundo Instituto Oswaldo Cruz, coleção de grande valor histórico, foi reconhecido como Patrimônio da Humanidade pelo Programa Memória do Mundo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Com cerca de oito mil itens que retratam os primeiros anos de atividades do IOC, entre as décadas de 1910 e 1940, atualmente, a coleção encontra-se sob a guarda da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Disponível em:

<<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=1625&sid=32>>. Acesso em: 07 nov. 2016.

A Sala Marquês de Barbacena tinha a seguinte justificativa, donde podemos observar também o público a que se destinava:

Considerando a necessidade de atendimento ao público de estudantes de 1º e 2º graus, no tocante a informações sobre o desenvolvimento e atividades das pesquisas realizadas na FIOCRUZ, deve o citado museu ser órgão irradiador de tais informações a ser sempre o mais atualizado, preciso e objetivo (ANTEPROJETO, s.d, p. 2)⁶.

O pioneirismo nas ações inerentes ao reconhecimento da divulgação científica em espaço museológico dentro da Fiocruz não se iniciaria com o Museu da Vida e sim com a Sala Marquês de Barbacena, proposta empreendida mais de vinte anos antes, quando o espaço foi inaugurado em dezembro de 1977. A proposta não seguiu adiante devido à necessidade de constantes manutenções do acervo exposto e do material museográfico, encerrando suas atividades em 1984.

A ebulição no mundo cultural com ampliação dos conceitos de patrimônio, de preservação e conservação nos anos 1980 também vai refletir bastante na instituição museu da Fiocruz. Foram contratados novos profissionais - museólogos e historiadores - constituindo sua primeira equipe permanente, e estabelecendo convênio para estágio de aluno das escolas de Museologia UNIRIO⁷ e UESA⁸. Houve uma divisão das atividades em setores - administrativo, educativo, pesquisa, conservação, exposições e documentação -, basicamente todas as funções concebidas e pensadas pelos museólogos.

Reproduzimos abaixo um trecho do projeto museológico dos anos 1980 propondo novas diretrizes para o museu. É interessante que ele traz uma estatística de público, corroborando a ideia que a mudança realizada proporcionou um aumento do público, perdendo a característica de ser um espaço voltado para a comunicação entre os pares:

Em janeiro de 1981 foi tombado o conjunto arquitetônico de Manguinhos pelo IPHAN. Inaugurou-se assim um período de grande divulgação de Manguinhos, que trouxe até nós em um só ano cerca de 18.000mil visitantes (...). Assim o prédio é, naquilo que pode ser visitado e naquilo que é suscetível de comunicação ao público de um museu. No caso específico do Museu da Fundação Oswaldo Cruz mais que um fato o museu procurará registrar um processo, o processo de cientificação do Brasil: A) enquanto museu processo, ele próprio museu. B) enquanto objeto de seu registro, também um processo é considerado algo não acabado, mas em se fazendo (RIBEIRO, 1983).

⁶ Esse documento não possui referência quanto autoria e data.

⁷ Universidade Federal do Rio de Janeiro

⁸ Universidade Estácio de Sá

O museu passa a fazer divulgação científica dentro do entendimento proposto por Souza (2015) já descrito acima. Essa era feita por meio das exposições, utilizando o acervo, as construções históricas, junto a um programa educativo, tudo desenvolvido pela equipe do museu, que conseguiu atrair e formar um público externo e diversificado de estudantes a famílias que vinham visitar a instituição. Para isso foram firmadas parcerias com outras entidades e criadas campanhas divulgando o acesso à instituição nos meios de comunicação. Abaixo uma nota do jornal O Globo trazendo a programação do mês de janeiro de 1983 do Projeto São Cristóvão Cultural que incluíam três visitas à Fiocruz.

**PROJETO
COMUNITÁRIO
ORGANIZA
VISITAS**

O Projeto São Cristóvão Cultural, cujo objetivo principal é melhorar as condições de vida do bairro, está organizando visitas individuais ou de grupos a várias entidades que participam do Projeto, através do Museu do Primeiro Reinado (Rua Pedro II 293).

Para fevereiro, a programação é a seguinte: dia 1º — Jardim Zoológico, Museu do Primeiro Reinado e Editora Brasil-América; dia 2 — Fundação Oswaldo Cruz, Editora Brasil-América e Museu do Primeiro Reinado; dia 3 — Editora Brasil-América, Fundação Oswaldo Cruz e Museu do Primeiro Reinado; dia 4 — Editora Brasil-América e Museu do Primeiro Reinado; dia 8 — Fundação Oswaldo Cruz e Jardim Zoológico; dia 9 — Museu Nacional e Museu do Primeiro Reinado; dia 10 — Museu do Primeiro Reinado e Museu da Fauna; dia 11 — Museu do Primeiro Reinado e Museu dos Esportes; dia 21 — Museu dos Esportes; dia 22 — Museu Nacional e Museu do Primeiro Reinado; dia 23 — Fundação Oswaldo Cruz e Museu do Primeiro Reinado; dia 24 — Museu do Primeiro Reinado; dia 25 — Museu do Primeiro Reinado; dia 28 — Observatório Nacional. Informações pelo telefone 234-0698, com Lúcia Vianna ou Angélica Mayall.

Figura 6 - Jornal O Globo/Jornal da Família, 30/01/1983, p.2.

Nesse período também se verifica uma maior aproximação de visitantes oriundos dos bairros vizinhos ao Instituto, que se apropriaram de um bem público que passa a ser entendido com pertencente à própria população. Uma vez ao ano, era realizado um grande evento chamado de “FIOCRUZ de Portas Abertas”, que multiplicava o número de visitantes na instituição, que tinham oportunidade de visitar diversos espaços, participar de eventos culturais, de lazer, além de visitar o museu, recebendo informações e

orientações sobre promoção de saúde, período entendido como o do “desencastelar” da Fiocruz.

Em 1985 com a criação da Casa de Oswaldo Cruz – COC, o museu passa a fazer parte da estrutura da nova Unidade, sendo denominado de “Museu da Casa de Oswaldo Cruz”. O atrelamento representou algumas mudanças, principalmente em relação à autonomia dos profissionais do museu. Essa configuração administrativa traz outros atores para os processos museológicos, em especial, profissionais com formação em história, criando áreas de tensões e atritos, principalmente em relação aos objetivos do museu que cada vez mais se configurava em histórico institucional de uma forma mais abrangente e inclusiva, indo além das histórias dos grandes vultos da instituição, ou da promoção governamental pois, visava à divulgação científica na área da medicina para um público grande e diversificado.

Os conflitos não foram poucos, em especial, no tocante ao desenvolvimento das exposições, que passaram a ser contratadas externamente, e as temáticas que outrora eram sugeridas, definidas, pesquisadas e concebidas pelos museólogos tendo como fontes o acervo e a própria história da instituição, passaram a ser feitas a partir das pesquisas realizadas pelos novos pesquisadores da COC. Mudando a temática e a decodificação dos assuntos, esse fenômeno pode ser considerado como um retorno do museu ao papel de espaço de comunicação entre pares, agora não mais para os cientistas da saúde, e sim, para os historiadores da ciência, um campo relativamente recente, nascido na corrente da Nova História Cultural, que estava se estruturando e precisava de espaço para sua consolidação.

Partindo dessa premissa é interessante trazer uma das definições da Nova História Cultural, que começa a se estruturar nos anos de 1980:

Esse movimento seria basicamente ocasionado por uma crise geral dos paradigmas, especialmente concentrados em algumas críticas: a política pensada além das instituições e a história pensada além da política; uma preocupação maior com as estruturas do que com a narrativa dos acontecimentos; deslocamento do interesse pela vida e obra dos grandes homens e grandes datas para as pessoas e acontecimentos comuns; a necessidade de se ir além dos documentos escritos e registros oficiais; a história não seria objetiva, mas sujeita a referenciais sociais e culturais de um período (BURKE, 1992, p. 7-16).

O grande rompimento da Nova História Cultural com a História tradicional reside na apropriação pelos historiadores de novas fontes de estudos, aquelas que tradicionalmente não eram consideradas ou eram relegadas para um segundo plano, é o caso da historiografia de instituições científicas, de museus e de suas coleções. O domínio desse campo era um espaço natural da museologia, inclusive constando no

Plano Museológico dos anos de 1980 da instituição. As pesquisas museológicas desenvolvidas nas instituições científicas que possuíam ou possuem museus, sempre serviram de fontes de pesquisa, buscando entender, situando-os e decodificando-os dentro do macro espaço social onde eles estão inseridos.

O que observamos é que esses trabalhos podem abarcar diversas interpretações, produzindo discursos de acordo com tempo, o lugar e a política onde são construídos, ou seja, por mais que se tente a neutralidade e a crítica num trabalho de pesquisa tanto museológica ou de outra natureza ela sempre será permeada pelo olhar do pesquisador e principalmente pelas diretrizes da instituição na qual está sendo produzida a pesquisa. Quebrar essa constituição é algo que todo profissional busca, mas que nem sempre é possível, fica claro, muitas vezes que esses trabalhos são entendidos como a permanência de um discurso cristalizado que reforça conceitos que facilmente são questionados.

O questionamento geralmente é feito de forma única, por pessoas que não fizeram ou fazem parte do processo e não consideram as variantes descritas, tornando a crítica uma forma de descredenciar o trabalho produzido, e, por outro lado, constroem discursos de valorização do seu campo profissional, como o único capaz de produzir conhecimento que questiona as formas estabelecidas, mesmo que na prática isso não represente uma ruptura com as formas questionadas. Esse processo é feito de forma impositiva ou intervencionista de um campo sobre o outro, no caso aqui, o da história sobre o campo museal. Este último constituiu-se em espaço de pesquisa e produção de conhecimento, tornando a instituição museu um lugar de desejo para a consolidação do citado campo em construção.

A justificativa dessa “intervenção” é expressa pelos termos multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e outros de acordo com a linguagem vigente, o importante é deixar claro que essa prática sempre vem acompanhada do discurso de campo transdisciplinar e que nele cabem outros profissionais, esses geralmente com uma formação acadêmica, passa a enxergar o museu com um espaço propício para desenvolver seus trabalhos, criando disputas que resulta no isolamento ou afastamento do museólogo.

No período descrito podemos observar o enfraquecimento do campo museal na Fiocruz, a atuação do museólogo começa a ser canalizada para atividades específicas, ou melhor dizendo, restritas, tais como: de visitação e conservação da exposição, sendo encerrado inclusive o trabalho com os negativos de vidro, que foram transferidos para o então nascente arquivo histórico da COC, o atual Departamento de Arquivo e Documentação – DAD, cuja equipe primeira era formada basicamente por graduados em história.

O grande corte na museologia na Fiocruz ocorre nos anos 1990, através de um novo projeto de museu, integrado a uma futura rede de instituições com a temática em Ciência e Tecnologia, que deveria ser instalada na cidade do Rio de Janeiro. Em 1993 o projeto do Espaço Museu da Vida foi apresentado e discutido de forma mais abrangente por um grupo formado por pesquisadores da Fiocruz e de diversas entidades e instituições de C&T, sendo levado ao Conselho Deliberativo da Instituição, onde foi aprovado e acatado como projeto institucional.

A novidade trazida pela nova proposta museológica foi a da constituição de grupos temáticos, todos tendo consultores externos que buscavam desenvolver projetos inovadores para os espaços definidos no projeto geral. Esses consultores, cada qual em sua área, procuraram contribuir com suas expertises. Diversos foram os aportes teóricos usados para fundamentar o projeto, desde a sociologia clássica, passando pelos teóricos da educação, até os cientistas mais famosos e contemporâneos serviram para respaldar o projeto do museu científico interativo que se buscava em substituição do museu institucional existente.

Outro aspecto interessante de ser observado nesse projeto do Espaço Museu da Vida é que o mesmo foi contemplado pelo edital do II Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) /CAPES⁹, que objetivava a instalação de três museus de ciência e tecnologia no Brasil, para que os mesmos se tornassem referências nacionais, dentro da política de popularização ou educação em ciência. O início do projeto em 1996 foi marcado pela contratação de profissionais de diversas áreas entre biólogos, psicólogos, físicos, assistentes sociais, pedagogos, químicos, arquitetos e duas museólogas que ficaram responsáveis pela implantação da reserva técnica museológica, cláusula fundamental para a aprovação do projeto junto ao órgão financiador.

Para o desenvolvimento e implantação do Espaço Museu da Vida, mais uma vez o Museu institucional que foi instalado na década anterior na cavalaria foi desmontado, o acervo que estava em exposição foi acondicionado numa sala do segundo andar do Castelo, núcleo inicial da futura reserva técnica, que depois foi instalada no prédio anexo ao castelo no ano de 1998. A equipe do museu, já existente antes do projeto, que estava restrita à visitação e à manutenção da exposição fica deslocada no primeiro momento, já

⁹ O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT), lançado no ano de 1985 como um instrumento da Política Nacional de Ciência e Tecnologia (PCT), vem se desenvolvendo, desde então, com recursos do Tesouro Nacional estabelecidos na rubrica de Ciência e Tecnologia e um mecanismo de contrapartida externa, disponibilizada nos termos do acordo de empréstimo assinado entre o Governo Brasileiro e o Banco Mundial. O Programa foi concebido como um instrumento orientado a mudar a estrutura da pesquisa científica e tecnológica brasileira, a partir da adoção de uma série de mecanismos administrativos, financeiros e de gestão que viabilizariam a modernização do sistema e a aproximação das instituições que realizam P&D com o setor produtivo (REIS, 1998).

que, as propostas que incluíam o acervo faziam parte do projeto de longo prazo, não sendo prioritário.

A instalação da Reserva Técnica museológica foi um processo lento, era necessário reunir todo o acervo, disperso em vários espaços, sem uma documentação ou marcação adequada que o identificasse. O primeiro movimento foi conseguir um espaço, equipamento mínimo e material para higienização e documentação das peças. Para além do acervo já existente no museu foi possível anexar uma quantidade significativa de objetos que estavam sendo substituídos de laboratórios, caracterizando cada vez mais o acervo ligado ao trabalho produzido pela Fiocruz. Essa atividade corria em paralelo às desenvolvidas pelo o núcleo organizador do Espaço Museu da Vida, que ficou centrado na construção de aparatos interativos.

A organização da Reserva Técnica numa pequena sala do castelo e o crescimento do acervo ajudaram a antecipar a disponibilização de um prédio recém-reformado e dispensado pelo grupo para o qual tinha sido destinado. A equipe de museólogas participou do projeto de adaptação do espaço, que foi provido de laboratório de higienização, sala de documentação e arquivo, biblioteca, salas de guarda de acervo, banheiro com dispositivo de segurança e dispositivos contra sinistros. A Reserva Técnica foi um dos primeiros espaços a serem instalados no projeto do Museu da Vida, embora a previsão de sua instalação fosse bem mais adiante.



Figura 7- Sala de higienização da RTMV, 1998

Concomitante a esse trabalho de acomodação do acervo, foi desenvolvido, apresentado e aprovado pela FAPERJ¹⁰ o primeiro projeto voltado para acervo de ciência e tecnologia

¹⁰- Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

na área de biomedicina, o que proporcionou a manutenção de profissionais da Museologia marcando o início da documentação do acervo museológico, agora entendido na perspectiva de C&T em consonância com as novas diretrizes museológicas que estava sendo implantadas na Fiocruz. Alguns projetos foram apresentados no âmbito da preservação e da divulgação desse acervo, visando a publicação dos resultados e a disponibilização do acervo que não se encontrava em exposição, proposta que não seguiu adiante. O acervo à época ainda não havia revelado aos olhos dos “produtores de conhecimento” seu potencial para pesquisa, a despeito do esforço da equipe museológica.

Talvez essa postura possa ser explicada pela observação de Sanjad (2007), segundo o qual existe uma visão reducionista e preconceituosa a respeito dos trabalhos desenvolvidos em museus, principalmente os científicos, citando como exemplo a proposta do Ministério de Ciência e Tecnologia que tentou mudar para institutos seus museus, nesse caso desvinculando a pesquisa da área museológica, ignorando que pesquisa é função básica de um museu. Sanjad identifica que a propagação de centros de ciências ajudou a cristalizar esse pensamento. Ele diz:

Por outro lado, os centros de ciências surgidos no início do século XX, contribuíram para esse fenômeno, pois a maior parte deles (mesmo os que se autodenominam museus) configura-se como lugar de demonstração de teorias e fenômenos naturais. Raros possuem acervo, pouquíssimos desenvolvem pesquisas na sua própria área de atuação. Parece-me claro que, enquanto nos museus fundados em mais antiga data os objetos ocupam um lugar central – a partir dos quais o museu se define e estrutura suas funções, incluindo a pesquisa científica-, nos centros de ciência a base de atuação é a divulgação de informação, constituindo, assim, uma distinção elementar e importantíssima dentro da categoria museu de ciências (SANJAD, 2007, p.129).

A tipologia de museu que estava sendo implantada na Fiocruz enquadrava-se mais na noção de centro de ciência, voltado para as mais diversas ciências que seriam demonstradas por meio dos aparatos interativos construídos para esse fim, o que explica nesse primeiro momento o não interesse pelo acervo, pelas instâncias decisórias da instituição, o que possibilitou uma autonomia relativa na construção do espaço da Reserva Técnica.

Ao classificar o acervo na categoria de C&T, foi possível criar discursos que permitiram sua inclusão na corrente museológica que estava sendo implantada e também assegurá-lo como testemunho legítimo da história e da memória da Fiocruz essa vista num âmbito da história da ciência no Brasil. A Reserva Técnica se constituiu assim no espaço da preservação e guarda de memória e da história da instituição que mais uma vez via seu museu sendo desconstruído.

O novo desmonte do museu institucional só veio corroborar a fala dos profissionais da museologia, que sempre afirmaram que o acervo histórico da Fundação é o único que garante e sustenta a continuidade do museu independente da vertente que ele assuma, ou experimente, em consonância com o momento histórico, político e econômico vivido pela sociedade. Essas vertentes geralmente são constituídas por ideias ou conceitos voláteis, e sua existência é mantida até surgir um novo projeto para suplantá-lo e a única coisa que tem permanecido é o acervo histórico representativo da instituição, que, no momento de esgotamento do “novo”, representa um porto seguro para diversos profissionais.

Por outro lado, o serviço realizado pelo espaço da Reserva Técnica não ficou restrito ao tratamento da documentação e da conservação do acervo, mas atendia às diversas solicitações feitas por outras Unidades, Departamentos da Fiocruz e instituições como a UFRJ e o Ministério da Saúde, realizando mostras, dando assessoria técnica museológica, fazendo pesquisa, exposições e até mesmo criando novos espaços museológicos fora da instituição. O reconhecimento do trabalho museológico por outros espaços da instituição e por entidades externas garantiram a sua continuidade na Fiocruz, podemos dizer, que esse trabalho foi desenvolvido paralelamente ao projeto do Museu da Vida.

Devido ao volume do trabalho foi solicitada a contratação de novos profissionais e mesmo de estagiários, demanda sempre postergada, pois o entendimento era de que a equipe com quatro profissionais era suficiente, tratamento distinto daquele dado a outros espaços, tendo um deles uma equipe formada por oito pedagogos.

Nos anos 2000, a Reserva Técnica Museológica é transferida para um prédio maior, sendo o acervo melhor acondicionado no espaço, mesmo como os problemas estruturais e de projetos que o prédio apresentava.



Figura 8- Sala de Higienização da RTMV, 2007

A equipe de trabalho foi acrescida de um profissional com formação em história, que passa a desenvolver um projeto da Casa de Oswaldo Cruz sobre o acervo musealizado. A mudança em relação à percepção do valor do acervo pode ser atribuída a dois fatores:

1. As pesquisas realizadas no e sobre o acervo museológico do MAST¹¹, na área de C&T, transformando em linha de pesquisa, que proporcionou a abertura de cursos, estabelecimento de parcerias internacionais com outras instituições criando redes e divulgado seus acervos e suas produções.
2. O acervo museológico preservado na Reserva Técnica até então pouco notado pelos pesquisadores ganha notoriedade quando uma pesquisadora estrangeira especialista em instrumento científico visita a instituição, e chama atenção para a qualidade do acervo, mostrando os diversos caminhos e apropriações possíveis para o estudo dos objetos. Ela ratifica as falas proferidas pelos profissionais de museologia.

A partir desse reconhecimento externo do potencial do acervo museológico preservado na Reserva Técnica, o espaço começa a ser visto como um lugar a ser **ocupado** e aqui grifamos a palavra “ocupado” pois o espaço sempre esteve aberto aos pesquisadores da instituição e aos de fora. Agora havia a necessidade da ocupação física ou falando de outra forma, as museólogas deveriam ser alijadas desse espaço, que se constituía numa espécie de trincheira, um verdadeiro bastião museológico, conquistado ou construído na reinvenção do profissional de museologia no processo de aniquilamento iniciado a partir de 1980 com a entrada de outros profissionais nas relações museais da Fiocruz.

Esse processo se caracterizou primeiro pelo afastamento dos museólogos das estâncias decisivas principalmente em relação ao seu trabalho, que passa a ser realizado por outros atores que não têm a formação, tentando mostrar que atividades concernentes à museologia podem ser feitas por qualquer pessoa, mesmo que isso resulte em perda para o patrimônio. O discurso que ratifica essa prática é o da desqualificação progressiva ou da negação da produção dos museólogos, tornando invisível todo trabalho anterior feito por esses profissionais. Misteriosamente eles desaparecem da história da Instituição, por outro lado, não é explicado como esse patrimônio museológico encontrado antes desses novos atores, se constituiu e foi preservado.

O campo, construído pelos museólogos é minado pela divisão e esvaziamento do grupo por meio de demissão e transferência de funcionárias para outras Unidades da Fiocruz, silenciando os museólogos. Esta é uma estratégia que enfraquece não só grupo como o próprio campo profissional. Aqui é importante chamar atenção a respeito da construção e

¹¹ Museu de Astronomia e Ciências Afins

da consolidação desse campo social numa instituição científica do porte da Fiocruz que diferente de outras entidades correlatas que fizeram ou fazem opção para a manutenção de cientista da área em seus espaços cultural, identitário e histórico. O pioneirismo da Fiocruz em contratar seu primeiro museólogo em 1976, é visto como o reconhecimento da importância do Museu como um campo social fundamental na instituição científica.

O processo da desconstrução do campo foi articulado não só com a disseminação em diversas instâncias interna e externa de um discurso negativo sobre os profissionais da área, como também com a retirada dos meios necessários para o exercício do trabalho. Dessa forma, restringindo a função do profissional na sua área de atuação, esses atos vividos cotidianamente pelos museólogos, na maioria das vezes são silenciados, porque o discurso do outro é bem construído e se utiliza de mecanismos potentes para sua propagação, inclusive respaldado pela máquina administrativa. Não tendo muito onde recorrer, o profissional de museologia que tem se reinventado na instituição, busca outros caminhos e espaços, porque a Reserva Técnica, um dos últimos redutos em que tinha espaço para exercer sua função não é mais seu *locus* ou campo do exercício de sua profissão.

Contraditoriamente é realizado um concurso público sendo destinado pela primeira vez uma vaga para trabalhar na Reserva Técnica. A descrição das atividades a serem desenvolvidas correspondem as atribuições da profissão do museólogo, mas o edital é aberto para diversos outros profissionais.

Conclusão

Iniciamos nossa conclusão parafraseando Valente (2009), quando ela diz que o museu conquistou, na atualidade, uma importância destacada enquanto objeto de estudo. Ousamos dizer, que na verdade, a importância do espaço museológico como campo social, pode ser visto como objeto de desejo e não de estudo, isso fica claro nessa pequena incursão ou “cartografia” que tentamos fazer ao traçar o percurso da Museologia na Fundação Oswaldo Cruz como algo dinâmico que acompanhou as mudanças ocorridas na instituição.

Na verdade, estamos analisando um espaço específico, mas certamente o descrito nessas linhas não é exclusividade do campo da museologia da Fiocruz. Pelo que conhecemos e ouvimos sobre os espaços museológicos, essa realidade infelizmente é vivida por inúmeras instituições no Brasil, o que torna esse seminário um espaço importante para discutirmos esse aspecto da formação e do tratamento de acervos, aqui em especial os de C&T.

A constituição do acervo e de seu tratamento ao ser esquecido ou verdadeiramente ignorado como parte importante da função do profissional da museologia, tem como um dos mais graves resultados a ausência ou a sub-representação desses profissionais, pois seus trabalhos são apropriados por outros que têm fóruns profissionais mais privilegiados e constantes e utilizam a produção técnica museológica como o carro chefe de seus discursos, apagando completamente o trabalho realizado pelo museólogo.

Nosso objetivo aqui foi destacar alguns momentos que consideramos marcos na construção e na consolidação da museologia como um campo social específico dotado de características que o distingue de outros campos e práticas. Verificamos que a partir de sua consolidação na instituição com o desenvolvimento e a implantação de técnicas museológicas no tratamento e na divulgação de seus acervos, esses garantiram sua legitimidade e o reconhecimento interna e externamente, tornando o museu da Fiocruz um espaço de produção de conhecimento, logo um espaço de poder, passando a ser objeto de desejo.

Cobiçado por outros profissionais, que até então não haviam identificado o poder que a instituição museu tem, quando há essa descoberta, o museu passa ser visto com espaço de status e lugar propício para exposição de trabalhos que podem ser reconhecidos pelos pares, pois estão numa instituição que confere esse prestígio lhe dando o lastro museal.

Foram e são momentos de rupturas gerando tensões e criando embates, onde armas e combatentes não possuem equivalências numérica ou munições do mesmo porte, pois de um lado encontra-se uma estrutura constituída por bloco de profissionais uníssonos buscando novas áreas para desenvolver seus trabalhos e constituírem espaços de influência e poder, legitimando sua produção visando fortalecer seus discursos profissionais, tendo a seu favor a máquina administrativa, usada para minar o campo museológico de forma efetiva por meio de negações, exclusões e ou imposições, que primeiro afetam a produção do trabalho e depois afetam diretamente a saúde do museólogo.

A escassez de recursos para as atividades e contratação de pessoal, o enxugamento da equipe sem uma explicação ou comunicação anterior, a exclusão da participação nas decisões e, por fim, a imposição de profissionais de outras áreas nas funções técnicas, constituem-se também mecanismos de retaliação usados contra o campo museológico na instituição, e esses, dependendo do momento histórico, podem ser usados isoladamente ou em conjunto.

Provocando perdas, retrocessos, desmotivações, sobreviver como uma fênix tem sido ou foi uma das práticas adotadas pelos profissionais de museologia da instituição. Resistir

para sobreviver significou ou significa criar e abrir novos caminhos quando o anterior lhe é subtraído e ocupado por profissionais externos à área.

Temos a consciência de que a Museologia, como todo campo social, acompanha os movimentos da própria sociedade, num eterno processo de construções e desconstruções. Essa dinâmica envolve diversos processos entre eles o financeiro, as tendências do mercado cultural, as solicitações das entidades financiadoras, além dos interesses dos atores envolvidos nesses processos, incluindo os próprios museólogo. Queremos deixar claro que nossa intenção não é a de produzir um discurso de apelo corporativista e muito menos maniqueísta, intencionamos trazer para o debate mais amplo essa anulação que vem se processando no campo museológico, combatendo a ideia de que o mesmo é restrito a um determinado grupo ou instituição, mostrando que esse processo se constitui numa prática perniciosa que coloca em risco o campo museológico como um todo.

Toda história é uma versão de fatos que articulados formam uma narrativa discursiva, que pode ser apaixonada, desinteressada, todavia nunca é isenta, como nos mostra os analistas de discurso da Escola Francesa. Nesse sentido, o texto aqui nasceu como um grito silenciado de muitos museólogos, por esse Brasil inteiro que no discurso de inter, trans, multi foram alijados de seus espaços de trabalho, pelo simples motivo de ter os transformados em grandes campos e o outros atores que muitas vezes são convidados a participar, passam a entender que esses espaços é grande demais para o profissional de museologia e pequeno demais para eles, e alguém precisa sair.

Mesmo sendo a Museologia um curso nascido em 1932 e a regulamentação da profissão de 1984 ainda não nos vemos ou nos sentimos como uma classe capaz de enfrentar grupos que “amadoristicamente”, porém com uma coesão discursiva e prática enquanto classe vem ocupando os espaços construídos pelos museólogos, apontando que cabem todos os atores nos espaços museais, menos os museólogos.

Referências

ARAGÃO, Henrique de Beaurepaire. *Notícia histórica sobre a Fundação do Instituto Oswaldo Cruz*. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística. RJ, 1950.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. SP: Unesp, 1992, p. 7-16.

COSTA, Ludmila Leite Madeira da; LIMA, Diana Farjalla Correia. O termo museólogo e seu conceito: análise da atividade profissional em coleções de artistas plásticos contemporâneos. XIV ENANCIB – ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, *Anais...*, 2013.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

RANGEL, Márcio F.. Um entomólogo chamado Costa Lima: a consolidação de um saber e a construção de um patrimônio científico. 2006. 300 p. *Tese* (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História da Ciência da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. Orientadora: Profa. Dra. Magali Romero Sá.

LOPES, Maria Margarete. *O Brasil descobre a pesquisa científica*. Os museus e as Ciências Naturais no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

REIS, Alzerina, Barrella. O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- PADCT: um exercício de análise de política. *Dissertação* (Mestrado) - Instituto de Geociência, Universidade de Campinas, Campinas, 1998.

RIBEIRO, Luiz Fernando Fernandes. *Proposta Museológica*. Fiocruz, 1983. Documento Arquivo Reserva Técnica Museológica.

RODRIGUES, Adriano Duarte. *Experiência, Modernidade e Campo dos Media*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

SANJAD, Nelson. O lugar dos museus como centro de produção de conhecimento científico. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; GRANATO, Marcus (Orgs.), *Museus Ciência e Tecnologia*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2006. p.125-133.

SOUSA, Eloisa Ramos. Documentação de acervos em ciências e tecnologia: novos desafios para o Museu da Vida. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Cláudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus (Orgs.). *Documentação em Museus*, Série MAST Colloquia, v. 10, Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2008. p.147-191.

SOUZA, Carlos, Silveira de. O Museólogo como intelectual orgânico: um estudo de caso da trajetória profissional dos museólogos na Fundação Oswaldo Cruz. *Dissertação* (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, RJ, 2015. Orientador: Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes.

VALENTE, Maria Ester A.. Museus de Ciências e Tecnologia no Brasil: uma história da museologia entre as décadas de 1950-1970. *Tese* (Doutorado), Instituto de Geociência - UNICAMP, Campinas, 2009. Orientadora: Profa. Dra. Maria Margarete Lopes.

DOCUMENTOS ARQUIVO CASA DE OSWALDO CRUZ

Anteprojeto Sala Marques de Marbacena, Museu Didático, s.d.

Museu do Instituto Oswaldo Cruz, s.d.

REIS, Ivana Ribeiro; VECCHIONE, Solange Maria de Araújo. Noções técnicas dos stands da Sala de Exposição Marquês de Barbacena.

RIBEIRO, Luiz Fernando Fernandes. Proposta Museológica, s.d